

EDITORIAL DOSSIÊ: MÍDIA, POLARIZAÇÃO POLÍTICA E CRISE DA DEMOCRACIA

Os tempos atuais apresentam desafios inéditos para os pesquisadores no campo da Comunicação Política pelo mundo afora. Em meados da década de 1990, na sequência do fim da União Soviética e do declínio dos regimes comunistas ao redor do mundo, o triunfo do modelo de democracia representativa ocidental parecia assegurado. Segundo Linz e Stepan, a democracia era, agora, “o único jogo na cidade”. Para Fukuyama, a conjugação do sistema capitalista com a democracia representativa corresponderia ao modelo sociopolítico definitivo, o “fim da história”. Otimismo semelhante existia com relação às mudanças que se verificavam no campo da comunicação. O advento das mídias digitais parecia oferecer oportunidades ímpares para a democratização do acesso aos meios de comunicação e o empoderamento dos cidadãos frente às instituições, seja através de dinâmicas de democracia deliberativa ou de novas oportunidades para ações de protesto, como as que se espalharam pelo mundo no início da década passada. Recentemente, contudo, esse otimismo cedeu lugar a uma atitude oposta: na sequência da vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos e do referendo que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), diversos autores passaram a atentar para os riscos que a polarização política e o populismo apresentavam para a democracia.

Transformações semelhantes tiveram lugar no Brasil, cujo regime democrático foi abalado por inúmeras crises a partir da metade da década passada. O processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, a Operação Lava Jato, que levou à prisão líderes políticos do país, dentre os quais o ex-presidente Lula, manifestações pela volta do regime militar, dentre outros eventos contribuíram para criar um clima de polarização política, o que, por sua vez, criou as condições para a eleição do candidato ultradireitista Jair Bolsonaro.

Os artigos que compõem o dossiê cobrem o cenário da Comunicação Política nesse contexto recente, com foco no exemplo brasileiro. Alguns dos textos exploram aspectos relativos à atuação dos novos agentes políticos que ganharam protagonismo em tempos de polarização política e seus efeitos. Dois deles exploram especificamente o modo como as condições de polarização política criaram condições para a ascensão do bolsonarismo. Em “Bolsonaro y la estrategia política de polarización: De la campaña a la presidencia”, Ariel Goldstein investiga declarações do atual presidente em jornais, o conteúdo de sua página oficial do Facebook e respostas de seus seguidores desde a campanha de 2018. Goldstein argumenta que as estratégias de mobilização da polarização política usadas por Bolsonaro e seguidores demonstram que a polarização muda de uma clivagem de referência econômica anterior, nos governos petistas, para uma de natureza moral com a eleição de Bolsonaro.

Em “Não alimente o minion! Polarização afetiva e ativismo de rede às avessas na gênese e ascensão da hashtag #Bolsonaro2018 após o impeachment de Dilma Rousseff”, Marcelo Santos considera a dinâmica da polarização sob um ângulo inusitado. Com base em uma metodologia mista, de análise de redes e análise de conteúdo, o autor fornece evidências de que, tão grande quanto tenha sido a contribuição do aparato digital mobilizado por Bolsonaro (incluídos aí seus bots), sua campanha foi impulsionada decisivamente por seus antagonistas. Movidos pela indignação, em um contexto de polarização afetiva, eles contribuíram para dar a Bolsonaro uma visibilidade que, sozinho, ele dificilmente alcançaria.

Outros textos dão conta do modo como os grupos de extrema direita empregam discursos de ódio como parte do seu repertório de estratégias políticas. No artigo “O papel dos discursos de ódio (online) na ascensão da extrema direita: um aporte teórico”, Liriam Sponholz caracteriza esses discursos como a comunicação pública que degrada simbolicamente grupos historicamente oprimidos ou sistematicamente discriminados, tornando-os publicamente aceitáveis e configurando uma pauta específica da extrema direita que levou Jair Bolsonaro à presidência do país.

Em “Redes bolsonaristas: ataque ao politicamente correto e conexões com o populismo autoritário”, Bruna Silveira e Rousiley Maia identificam no conteúdo da campanha de Jair Bolsonaro no Facebook aspectos que no conjunto trabalham para a recusa da regulação discursiva, como o antielitismo e o apelo a uma linguagem popular, a homogeneidade do povo versus pautas identitárias, e um futuro ideal garantido pela destruição do adversário e pela ascensão do salvador.

Um aspecto complementar do modelo de atuação desses agentes diz respeito ao recurso estratégico à desinformação pelos grupos radicais de direita, num ambiente favorecido pelas plataformas digitais. Eric Andriolo argumenta, no artigo “Estourando a bolha: análise crítica dos diagnósticos da ‘era pós-verdade’ em textos de circulação comercial”, que uma parte da literatura sobre os diagnósticos do problema da pós-verdade contém pressupostos equivocados. Entre os elementos mais consistentes dessa narrativa o autor analisa a atribuição da formação das “bolhas” à lógica algorítmica das redes digitais e a alegada influência das correntes intelectuais pós-modernas na difusão de uma cultura do relativismo. Esses dois aspectos caracterizam o que o autor chama de proto-teoria da pós-verdade.

O artigo “Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular fake news?”, de Theófilo Codeço Machado Rodrigues, Luana Meneguelli Bonone e Renata Mielli, sustenta que a distribuição de fake news se organiza com base em uma vultuosa infraestrutura, de escala industrial e que, para enfrentar a ameaça seria necessário adotar políticas baseadas na regulação econômica e obrigação de transparência para as plataformas, ao invés de reforçar o papel de controle exercido por elas.

Tão relevantes quanto sejam o impacto dos grupos extremistas e seus modelos de ação pouco convencionais, eles não são capazes de explicar sozinhos os processos de polarização política que se apresentam no Brasil atualmente. Assim, um outro conjunto de textos explora o papel que agentes políticos e midiáticos mais tradicionais exerceram nesse sentido. No artigo

“Crisis without an end: On the differences of presidential crises in Brazilian media coverage”, Mads Damgaard observa crises presidenciais e instabilidade política nos últimos cinco anos para analisar por que para algumas delas soluções são apresentadas por jornalistas e articulistas, enquanto para outras nenhuma saída é apontada. Em um curto período, Damgaard encontra diferentes narrativas sobre as crises ocorridas durante os governos dos três últimos presidentes (Dilma, Temer e Bolsonaro).

Por sua vez, o artigo “Jornalismo público em tempos de crise: cobertura das eleições presidenciais de 2018 pela Agência Brasil (ABr/EBC)”, de Mariana Martins de Carvalho, Francisco Verri e Gisele Pimenta de Oliveira, analisa o desempenho da Agência Brasil na cobertura da campanha, à luz dos requisitos estabelecidos pelo Manual de eleições 2014: diretrizes de cobertura jornalística (EBC, 2014). Segundo eles, a cobertura realizada pela Agência apresentou desequilíbrio no tratamento dos candidatos, pouca pluralidade, além de pouca atenção às plataformas políticas dos candidatos.

Em “Leis de Acesso à Informação na América Latina: uma análise comparativa entre o Brasil e a Argentina”, Renata Gomes, Fernando Paulino e Ana Claudia Farranha analisam as ditas leis do Brasil e da Argentina. Apontando similaridades e diferenças, os autores apontam em perspectiva histórica elementos a serem considerados no estudo comparativo sobre as leis de acesso à informação com base nos contextos em que foram criadas.

Finalmente, o artigo “Interações estratégicas na eleição presidencial brasileira de 2018: uma análise das redes configuradas no HGPE”, de Flávio Contrera, Paulo Cesar Gregorio e Bárbara Lima, examina as dinâmicas de polarização política que tiveram lugar no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) na última campanha eleitoral. Os autores observam que, diferentemente do que vinha ocorrendo em campanhas anteriores, a polarização eleitoral não se deu entre o PT e o PSDB, mas entre o PT e o PSL – partido pelo qual concorreu o presidente Bolsonaro e que tirou dos tucanos o protagonismo na defesa da bandeira do antipetismo.

Os artigos reunidos neste número analisam agentes políticos novos e tradicionais – imprensa tradicional, HGPE, jornalismo público, discurso presidencial, redes sociais –, observando características envolvidas nas disputas políticas contemporâneas – polarização, discursos de ódio, desinformação, (des)equilíbrio na cobertura, possibilidades de acesso à informação. Considerados em seu conjunto, os textos que compõem este volume apresentam uma contribuição importante dos pesquisadores de comunicação política para dar conta dos novos desafios que se apresentam hoje à democracia, no Brasil e no mundo.

Afonso de Albuquerque, Juliana Gagliardi e Kelly Prudencio
Editores do Dossiê